

“Um povo que não tem memória, já morreu ou está morrendo!” - Berthold Brecht

Anistia

Política

Orgão de divulgação
da
Associação Pernambucana de
Anistiados Políticos - APAP

Recife (PE), Julho / Setembro de 2012

Ano X - Nº 34

A famigerada Operação Condor

Conhecida como “*Operação Condor*” foi instaurada no início dos anos **70**, permanecendo até os anos **80**, período de redemocratização política na *América do Sul*. Para os aliados dessa parceria, era necessário lutar contra o “*terrorismo internacional*” que se expressava através dos movimentos guerrilheiros e de outros opositores políticos.

Essa aliança teve o apoio do governo dos **EUA**, através da **CIA** (*Central Intelligence Agency*), apesar de não assumirem, oficialmente, ter patrocinado ou motivado a sua execução naquele período.

Segundo os governos ditatoriais, **grupos políticos de esquerda** ameaçavam a estabilidade dos regimes instaurados pela força, que visavam manter uma economia de mercado e uma política regida pelos moldes capitalistas. Havia o medo por parte dos políticos de centro-direita, que a *América do Sul* seguisse o exemplo de *Cuba*, e se transformasse num conjunto de países aliados à antiga **URSS** (*União da República Socialista Soviéticas*).

A “*Operação Condor*” favoreceu e viabilizou a cooperação regional entre os países em ações de *perseguição* e *repressão* contra os movimentos esquerdistas em geral. Conseqüentemente, os governos autoritários acusavam esses grupos de exercerem práticas criminosas, como *sequestros* e *furtos*, para patrocinar as suas atividades políticas.

Nos últimos **30** anos, apesar de todos os esforços de redemocratização, muitas **vítimas** e **mortos** dos regimes ditatoriais não tiveram a devida justiça, muitos ainda estão desaparecidos. E a *violação aos direitos humanos* e o *desrespeito aos civis* ainda são heranças encontradas nas instituições e nas sociedades atuais dos países da região.

A “*Operação Condor*” foi uma aliança estabelecida formalmente, em **1975**, entre os regimes ditatoriais da *América Latina*. O acordo consistiu no apoio **político-militar** entre os governos da região, visando perseguir os que se opunham aos regimes autoritários instaurados. Na prática, a aliança “*eliminou*” as **fronteiras nacionais** entre seus signatários, que se articularam no combate sistemático aos adversários políticos.



O nome do acordo era uma alusão ao condor, *ave típica da região das Cordilheiras dos Andes* e símbolo do Chile. Trata-se de uma ave extremamente **sagaz na caça** às suas presas. Nada mais simbólico, portanto, que batizar a aliança entre as ditaduras de “*Operação Condor*”. E não à-toa foi justamente lá sob os auspícios do governo do ditador **Augusto Pinochet**, que aquele país assumiu a dianteira da famigerada operação repressiva.

Além do Chile, fizeram parte dessa aliança: **Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai**. Nos anos **1980**, o Peru, já sob uma ditadura militar, também se juntou ao grupo. Pode-se dizer que a operação teve três fases. A primeira consistiu na **troca de informações** entre os países-membros. A segunda caracterizou-se pelas efetivas **trocas e prisões** de opositores nos territórios dos países que formavam a aliança. A terceira fase ficou marcada pela **perseguição e assassinato** de inimigos políticos no exterior.

Estimativas dão conta de que a “*Operação Condor*” teria chegado ao saldo total de **50 mil** mortos, **30 mil** desaparecidos e **400 mil** presos.

Família de espanhol
quer monumento e militares dizem
não ter arquivos

Pág. 2

Em memória das
lutas pela Anistia política militantes
são homenageadas

Pág. 3

No último governo
da ditadura foram queimados cerca
de 19 mil papéis

Pág. 4

Os atos delituosos dos civis que apoiaram o golpe e a ditadura

No final da década de **60**, em meados de **1969**, grupos empresariais do eixo *Rio - São Paulo - Minas* passaram a respaldar *material e financeiramente* os órgãos de segurança do regime ditatorial naquela região.

Todavia, isso não ficou restrito aos *Estados do Sudeste*, pois por todo o país outros empresários *se associaram* aos conhecidos *Comandos de Caça ao Comunistas (CCC)* que passaram a atuar abertamente em atentados contra militantes políticos e entidades com a cobertura velada das *Forças Armadas* e com a participação das *Polícias Civis e Militares Estaduais*.

Nesse sentido cabe ressaltar que a *ditadura* não foi exclusivamente militar, tendo desde o início uma composição civil-militar. Houve apoio ao *Golpe de Abril de 1964* de importantes segmentos da sociedade brasileira, ou seja, de grupos econômicos (*latifundiários, industriais, comerciantes e banqueiros*, entre outros) e também de uma grande parcela da classe média, além dos setores conservadores e anticomunistas da *Igreja Católica*, na época majoritários dentro dela. Como os que promoveram as conhecidas "*Marchas da Família com Deus pela Liberdade*" a partir do dia **19 de março de 1964**, em *São Paulo (SP)*, prenunciando a ação golpista que já se configurava dentro e fora das casernas.

Após consecução do referido *golpe de Estado* o processo repressivo vai se instalar imediatamente. Associações civis *contrárias* ao regime de exceção são consideradas inimigas do *Estado* e assim passíveis de terem seus registros cassados. Muitas instituições foram *reprimidas e fechadas* e seus dirigentes presos e processados. Greves e manifestações públicas foram proibidas e passaram a ser consideradas como *atos criminosos*. Os sindicatos sofreram intervenção federal e todos os que se opunham à perda das *liberdades democráticas* foram enquadrados na *Lei de Segurança Nacional* como "*subversivos*".

Para aprofundar essas diretrizes foi criada a partir de **1969** a temida *Operação Bandeirante (OBAN)* que, embora se apresentasse como um "*simples*" organismo em busca de informações, na prática se constituía em um instrumento de *perseguição, tortura e extermínio* de opositores em geral. Logo se aparelhou ainda mais e passou a ser denominada "*Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi)*", reforçando os seus objetivos de combater e reprimir, por todos os meios, os "*inimigos internos*" que supostamente ameaçariam a "*segurança do Brasil*".

Essas ações repressivas foram *financiadas* por empresários, como *Henning Albert Boilesen*, do grupo *Ultragás*. E um de seus membros mais famosos, que esteve no comando do *DOI-Codi* de *São Paulo (SP)*, foi o então major *Carlos Alberto Brilhante Ustra*.

Dessa forma, os ditadores militares não deixariam de prescindir do *apoio financeiro* desses "*colaboradores*" dispostos a viabilizar a repressão e mantê-los no poder. Foi o que de fato aconteceu naquele triste período.

Mas, por que e até quando vamos *esconder* isso de toda a sociedade?



APAP 14 ANOS (1998/2012)

Preservar a memória é uma forma de se construir a história!

Família de espanhol morto em São Paulo quer monumento

A família do espanhol *Miguel Sábat Nuet*, morto em **30 de outubro de 1973** no *DOPS*, em *São Paulo (SP)*, quer que um monumento seja construído no *Memorial da Resistência* para lembrar de forma permanente os **475** mortos e os **20 mil** presos durante a ditadura civil-militar no Brasil.

Esse monumento sugerido pela família Sábat seria uma tocha, a exemplo da que existe no *Fossar de les Moreres*, que lembra em *Barcelona (Espanha)* os catalães mortos na *Guerra da Sucessão Espanhola*.

O projeto, que eles pretendem levar ao governo brasileiro em conjunto com outros familiares de desaparecidos políticos, foi divulgado durante uma missa privada em homenagem a *Nuet* em sua terra natal.

No final do ano passado, a família recebeu as *cinzas* dele em cerimônia realizada pela *Secretaria de Direitos Humanos em São Paulo*. Na ocasião, o governo brasileiro pediu perdão à família e classificou a morte de *Sábat Nuet*, inicialmente registrada como suicídio, como *assassinato*.

Exército diz não ter mais papéis sobre a Guerrilha do Araguaia

Os documentos do *Exército Brasileiro* sobre a *Guerrilha do Araguaia* - uma das principais promessas para a elucidação do conflito - foram todos destruídos, informou o *Ministério da Defesa*.

A admissão foi encaminhada à reportagem do jornal *Folha de São Paulo* como resposta a um pedido de consulta feito baseado na *Lei de Acesso à Informação*, que entrou em vigor neste ano.

Foram solicitados materiais produzidos entre **1970** e **1985** sobre ações do *Exército* contra a guerrilha, o maior foco armado contra a ditadura (**1964-85**), no *Sul do Pará* e hoje *Norte de Tocantins*. O conflito, organizado pelo *PC do B*, ocorreu entre **1972** e **1974**.

Na resposta do *Serviço de Informação ao Cidadão do Exército*, criado para atender as demandas da nova lei, a instituição diz que um decreto de **1977** "*permitia a destruição de documentos sigilosos, bem como dos eventuais termos de destruição*". E que essa destruição dos referidos documentos foi feita de tal forma que é impossível identificar os responsáveis pela eliminação.

Historiadores e familiares das vítimas do conflito especulam que os documentos tenham sido destruídos para apagar vestígios de *eventuais crimes* de oficiais e seus comandados.

Companheiras das Ligas são lembradas no 28 de Agosto

Neste ano, no dia 28 de Agosto, foram homenageadas na Casa da Cultura do Recife as companheiras **Maria do Carmo de Aquino** (90 anos) e **Delzuite Costa da Silva** (75 anos), sobreviventes da ditadura.

As duas militaram nos Estados da *Paraíba* e de *Pernambuco*, nas décadas de **50** e **60**, atuando em várias frentes de atividades políticas promovidas pelas Federações das *Ligas Camponesas do Nordeste*.

Junto com Chico do Baita, **Maria do Carmo** (conhecida como **Maria Cuba**) fundou a *Liga Camponesa de Guarabira (PB)* e militou por toda a região do brejo paraibano. Na *Federação das Ligas Camponesas da Paraíba* exerceu a função de secretária. No decorrer da ditadura civil-militar brasileira (1964 a 1985), viveu no exílio e ao lado do esposo **Eurico Reis**, percorrendo vários países, inclusive **URSS** e **Cuba**.

Militante política, com atuação na *Federação das Ligas Camponesas de Pernambuco*, **Delzuite da Costa** foi fundadora de várias ligas no início da década de **60**. Com o golpe civil-militar de **1964**, teve que se esconder e se refugiou na embaixada do **Chile**, passando depois a viver na clandestinidade. Após a anistia política de **1979**, voltou para o *Estado* e se empregou na *Prefeitura do Município de Jaboatão dos Guararapes*, onde exerceu cargo de diretora de Cultura.

Com o carinho de jovens militantes, essas duas companheiras receberam manifestações de *reconhecimento* e *apreço* na data em que, todos os anos, o **Fórum da Anistia** lembra a lutas das mulheres brasileiras pela *Anistia Política* e também reverencia os que foram *perseguidos, presos, torturados, mortos* e *desaparecidos*.

Ainda durante a ditadura brasileira (1964-1985), mães, irmãs, filhas e companheiras, dos atingidos pela repressão política, se uniram em torno de um objetivo comum: a busca de familiares desaparecidos e a defesa dos que estavam presos. Daí surgiu o *Movimento Feminino pela Anistia (MFPA)*, através do qual as mulheres desempenharam um importante papel na história das lutas sociais no país.

Por iniciativa da advogada **Terezinha Zerbini** se constituiu no dia **15 de março de 1975**, em São Paulo, o **MFPA** - que gradativamente foi adquirindo um caráter nacional, até a promulgação de uma lei específica em **28/Agosto/1979**, de nº **6.683**, passando a ser conhecida como a **Lei da Anistia Política**.



Fórum Permanente da Anistia em Pernambuco, em 28 de Agosto de 2012

Em memória

“Eles se foram, em circunstâncias distintas, deixando para nós o legado da luta permanente por um mundo melhor...”

► **Luiz José da Cunha** (Cte. “Crioulo”), dirigente da *Ação Libertadora Nacional (ALN)*, nascido em 02/09/1943 na cidade do Recife (PE), e morto sob tortura em 13/07/1973, no **DOI/CODI**, na cidade de São Paulo (SP).

► **Simón José Antônio de la Santíssima Trinidad Bolívar** (o Libertador), general e herói sul-americano da independência de colônias espanholas, nascido em 24/07/1783 e falecido em 17/12/1830, vítima de tuberculose, na cidade de Santa Maria (Colômbia).

► **Francisco (Pancho) Villa**, revolucionário camponês, um dos principais líderes da revolução mexicana de 1910, nascido em 04/05/1878 e assassinada pelas tropas do governo central em 30/07/1923, no Norte do México.

► **Paulo Roberto Pinto** (Jeremias), operário metalúrgico, líder camponês e dirigente do *Partido Operário Revolucionário (POR)*, nascido no ano de 1940 em Minas Gerais e assassinado em emboscada, no dia 08/08/1963, na cidade de També (PE).

► **Margarida Maria Alves**, líder sindical, e primeira mulher a ocupar um cargo de direção, presidente do *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB)*, nascida em 1933 e assassinada em 12/08/1983, num atentado a tiros, na mesma cidade onde residia.

► **Amaro Luiz de Carvalho**, líder camponês e dirigente do *Partido Comunista Revolucionário (PCR)*, nascido em 14/12/1932 e assassinado por envenenamento em 22/08/1973, na Casa de Detenção da cidade do Recife (PE).

► **Manoel Lisboa de Moura**, dirigente do *Partido Comunista Revolucionário (PCR)*, nascido na cidade de Maceió (AL) em 22/04/1944, preso no Recife (PE) em Agosto de 1973, removido para São Paulo (SP) e morto no dia 04/09/1973, nos porões do **DOI/CODI**.

► **Pedro Jerônimo de Souza**, membro do *Movimento Democrático Brasileiro (MDB)* e militante do *Partido Comunista Brasileiro (PCB)*, nascido em 30/05/1914, em Mutamba, município de Icapuí (CE), e morto em 17/09/1975 no **DOI/CODI** de Fortaleza (CE).

► **Severino de Aguiar Pereira**, prático de farmácia, protético e dirigente do *Partido Comunista Brasileiro (PCB)*, nascido em 18/09/1904, no Engenho Verde, no município de Palmares (PE), e falecido em 17/10/2000, na cidade do Recife (PE).

A hipótese comunista

De *Alain Badiou*



A “*hipótese comunista*”, conceito formulado pelo filósofo, dramaturgo e militante francês *Alain Badiou*, inspira uma obra homônima sobre a revitalização do comunismo e um novo programa para a esquerda.

Desde **2008**, quando foi exposto pela primeira vez em um artigo da *New Left Review*, o termo vem sendo adotado e discutido por uma ampla gama de pensadores, como *Slavoj Žižek*, *Jacques Rancière*, *Michael Hardt*, *Antonio Negri* e *Terry Eagleton*, entre outros.

Badiou parte da reflexão sobre a *noção de fracasso* do comunismo - *enunciado amplamente e disseminado a partir da década de 1970* - para defender a sua retomada. Assim, ele vê “o fracasso” como uma trajetória, e *não como o fim* de uma experiência histórica.

NR - Interessados devem procurar nas principais livrarias e na Editora Boitempo pelo email venda@boitempoeditorial.com.br ou telefones (11) 3875-7285 / 7250.

Documentos da ONU reforçam elo entre países na Operação Condor

Os documentos mostram que só o serviço *secreto uruguaio* teria conseguido, com a ajuda de *Brasília* e *Buenos Aires*, sequestrar e levar de volta para às prisões de *Montevideo* **110** refugiados políticos que estavam no *Brasil* e na *Argentina* entre **1976** e **1979**.

“*Assumimos que ainda exista, como no passado, uma cooperação técnica entre as forças de segurança de Uruguai, Argentina e Brasil*”, afirmava um telegrama secreto da *Organização das Nações Unidas (ONU)* de **25 de junho de 1979**, guardado nos arquivos de *Genebra (Suíça)*.

Acervo com relatórios confidenciais, telegramas, cartas a ministros e informes de reuniões que o *Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR)* reuniu sobre *ditaduras* na *América do Sul* confirmam que, pelo menos até **1979**, cidadãos *argentinos, uruguaios, paraguaios* e *chilenos* que buscaram refúgio em território brasileiro foram *vigiados, ameaçados, detidos* e *devolvidos* aos seus países - com ajuda e conhecimento das *Forças Segurança* e do *governo brasileiro* de então.

É a primeira vez que a *ONU* divulga o conteúdo desse arquivo.

A ditadura destruiu mais de 19 mil documentos secretos

Guardado em sigilo por mais de *três* décadas, um conjunto de **40** relatórios encadernados detalha a destruição de aproximadamente **19,4 mil** documentos secretos produzidos ao longo da ditadura militar (**1964-1985**) pelo extinto *Serviço Nacional de Informações (SNI)*.

As ordens de destruição, agora liberadas à consulta pelo *Arquivo Nacional de Brasília*, partiram do comando do *SNI* e foram cumpridas no segundo semestre de **1981**, durante o governo do último “*presidente militar*” *João Baptista Figueiredo (1979-1985)*.

Do material destruído, o órgão guardou apenas um resumo, de *uma* ou *duas* linhas, que ajuda a entender o que foi eliminado.

Alguns papéis podiam causar incômodo aos militares, como um relatório intitulado “*Tráfico de Influência de Parente do Presidente da República*”. O material era relacionado ao “*ex-presidente*” *Emílio Garrastazu Médici*, que governou de **1969** a **1974**.

Outros papéis destruídos descreviam supostas “*contas bancárias no exterior*” do ex-governador *Adhemar de Barros* ou a “*infiltração de subversivos no Banco do Brasil*”.

Dentre os documentos em arquivo, encontravam-se relatórios sobre personalidades famosas, como o ex-governador *Leonel Brizola (1922-2004)*, o arcebispo católico dom *Helder Câmara (1909-1999)*, o poeta e compositor *Vinicius de Moraes (1913-1980)* e o poeta *João Cabral de Melo Neto (1920-1999)*, entre outras mais.

Boa parte dessa documentação eliminada trata de pessoas mortas até **1981**. A análise dos registros sugere que o *SNI* procurava se livrar de todos os dados dessas pessoas, talvez por considerar que elas não tinham mais importância para as atividades de vigilância da ditadura.

A legislação em vigor nos anos **80** abria amplo espaço para eliminações *indiscriminadas* de documentos. Baixado poucos anos após o golpe, o “*Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos*” de **1967** estabelecia que esse material poderia vir a ser destruído, mas não exigia motivos objetivos para isso. Bastava que uma equipe de *três* militares decidisse que os papéis “*eram inúteis*” como um dado de inteligência militar.

Essa mesma prática da destruição de papéis considerados “*sigilosos*” foi adotada por outros órgãos estatais no mesmo período ditatorial.

Fonte: Informações de várias agências

Jornal da APAP - Expediente

Diretoria Executiva: Antônio De Campos (presidente), Elvira Siqueira (secretária), Lourdes da Silva (tesoureira), Jurandir Bezerra e Felipe Gallindo (suplentes).

Assessoria de Comunicação e Imprensa: Fátima Farias

Colaboradores: Ângela Rodrigues, Daniel Rodrigues, Gilvan Rocha, Iberé Baptista, Maurílio Serapião, Lurildo Saraiva, Michel Zaidan Filho, Mônica Vilaça, Rinaldo Ferreira, Walteir Silva.

Editores: Luiz Momesso e Socorro Abreu. **Arte e Diagramação:** João Luiz Momesso

Impressão: Oito de Março Gráfica e Editora **Tiragem:** 1.000 exemplares por edição.

Jornalista Responsável: Camilla Guerra (DRT/PE 1996)

Endereço APAP: Rua Floriano Peixoto s/n - Casa da Cultura do Recife - Raio Sul, 2º andar - Cela 306 - **Santo Antônio** | CEP **50020.060** | Recife - Pernambuco - Brasil

Correio Eletrônico: apap.anistiape@bol.com.br | **Site:** www.anistiapolitica.org.br

Apoio

 **Oito de Março**
Gráfica e Editora

Rua Theodomiro Selva, 269 - IPSEP

Recife - PE | Cep: 51350-330

Fone: 81 - 3082 3326

e-mail: editoraoitodemarco@hotmail.com